

A parceria da Embrapa com os sistemas estaduais de pesquisa

Cyro Mascarenhas Rodrigues

Para ilustrar a diversidade na atuação dos egressos do Programa de Doutorado em Sociologia da UnB e as possíveis influências do curso no seu desempenho profissional, apresenta-se aqui a experiência de trabalho de quem assumiu a Secretaria Executiva de um dos 16 programas do Sistema Embrapa de Planejamento, aquele que foi criado para estimular a parceria com vistas à modernização institucional dos sistemas estaduais de pesquisa.

O exemplo não poderia ser mais emblemático: trata-se de um profissional graduado em agronomia que, em razão de ter atuado na área de difusão de tecnologia agropecuária, fez mestrado em comunicação para o desenvolvimento rural. Mais tarde, sentindo a necessidade de consolidar a sua formação científica, já que o instrumental teórico-metodológico da comunicação não lhe era suficiente para o enfrentamento das questões fundamentais da geração e difusão de tecnologia, candidatou-se ao curso de doutorado, área de concentração "Estado e Sociedade". Tendo defendido tese sobre a seletividade classista das políticas públicas, retornou à sua empresa de origem, assumindo funções diferentes daquelas anteriores ao doutoramento: a de Secretário Executivo da Comissão Técnica do Programa 15, um colegiado que analisa e delibera projetos que tratam do aperfeiçoamento e da modernização institucional das empresas estaduais de pesquisa agropecuária, componentes do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA).

Cyro Mascarenhas Rodrigues é doutor em sociologia pela UnB.

O SNPA, coordenado pela Embrapa, é um complexo de instituições públicas e privadas que se propõem a atuar de forma articulada, sob a égide da parceria, com vistas ao fortalecimento das políticas de C&T do setor agrícola e à geração, adaptação, transferência e difusão de tecnologia agropecuária, com o objetivo final de desenvolvimento do negócio agrícola, como um todo, e das cadeias produtivas, em particular¹. Da parte do setor público, compõem esse universo a Embrapa, com 39 unidades descentralizadas (15 centros nacionais de pesquisa de produtos, 13 centros de pesquisa ecorregionais, 9 centros temáticos e 2 serviços) e mais 19 organizações estaduais de pesquisa (principalmente empresas e fundações) com suas estações experimentais, universidades e outras instituições públicas.

Nos últimos cinco anos, a Embrapa passou por grandes transformações de dimensões conceitual, organizacional, administrativa e política. Buscou sintonia com o ambiente externo, procurando adaptar-se às mudanças em curso nos cenários internacional e nacional, que apontam para um novo paradigma de desenvolvimento sustentável². Está revendo o enfoque produtivista e de base química que orientou em quase duas décadas a sua postura científica, inspirada nos padrões da Revolução Verde, em direção a uma nova concepção, baseada na sustentabilidade, que pontifica alguns pressupostos, tais como:

- 1) participação dos diversos segmentos da sociedade na definição de prioridades e na formulação e na fiscalização de políticas econômicas e sociais;
- 2) suporte da ciência e tecnologia como condição essencial para produzir a nova base técnica do modelo de desenvolvimento sustentável;
- 3) maior dinamismo na articulação intersetorial e interinstitucional;
- 4) adoção de conceitos do enfoque sistêmico, a exemplo de “agroecologia”, “ecossistema”, “complexo” e “cadeia”;
- 5) ênfase na formulação de sistemas de produção regionais;
- 6) investimento maior nas áreas de tecnologia avançada;
- 7) descentralização administrativa;
- 8) adoção de modelos de gestão colegiada e gestão participativa;

9) aumento da parceria com o setor privado (Flores 1991, Flores & Silva 1992).

Para a efetivação da mudança, a Embrapa usou os instrumentais conceitual e metodológico do planejamento estratégico, que lhe possibilitaram a construção de um novo modelo institucional e operativo de pesquisa e desenvolvimento. Esse modelo prescreve o conhecimento das oportunidades e ameaças do ambiente externo, a definição da missão institucional da empresa e o diagnóstico do ambiente interno, identificando pontos favoráveis e desfavoráveis ao cumprimento dessa missão. Além disso, incorpora as técnicas de construção de cenários futuros, mediante a análise de fatores políticos, sociais, econômicos, culturais e tecnológicos inerentes ao ambiente externo e relevantes para a atuação da Empresa. Parte-se do pressuposto de que no aprimoramento da visão prospectiva, são encontradas respostas para uma adequação pró-ativa da Embrapa ao ritmo intenso das transformações de toda a ordem, neste final de século.

Outra preocupação foi a instituição de instrumentos de controle social da atuação da Empresa, mediante a criação de um Conselho Nacional e de Conselhos Regionais, estes últimos formados por representantes do setor privado que compõem o agronegócio, das universidades e ONGs. A esses conselhos cabe, principalmente, a avaliação e a priorização das demandas levantadas nos âmbitos regionais e nacional, para serem objeto da programação de pesquisa. Entretanto, a aprovação dos projetos apresentados a cada um dos 16 programas que compõem o Sistema Embrapa de Planejamento acontece no âmbito das comissões técnicas de programas (CTPs), cujos membros, na maioria, são de fora da Embrapa.

São duas as dimensões do Sistema Embrapa de Planejamento: a vertical, de natureza institucional, em que pontificam os 'planos diretores', os 'planos de ação estratégica' e os 'planos anuais de trabalho'; e a horizontal, de natureza programática, na qual se incluem os 16 programas com 468 projetos e 3.018 subprojetos.

Partindo da construção de cenários da pesquisa agropecuária, em 1989, quando se delinearão quatro possibilidades alternativas, entre as quais o quadro neoliberal que acabou por se confirmar nos dias atuais,³ a Embrapa evoluiu para a sistematização dos

estudos de prospecção de demandas por tecnologias e serviços de sua clientela, montou um sistema de planejamento estratégico e definiu as missões de suas unidades centrais e descentralizadas. Esse reordenamento levou à necessidade de construção de novas bases de cooperação com os 'sistemas estaduais de pesquisa', que na década de 80 foi inexpressiva. Foram, então, criados dois instrumentos operacionais: no plano institucional, a Secretaria de Apoio aos Sistemas Estaduais de Pesquisa (SSE), ligada diretamente à presidência da Embrapa; e no plano operacional, um programa para dar suporte às ações que objetivam aperfeiçoar e modernizar as organizações estaduais de pesquisa, o Programa 15.

A Secretaria de Apoio aos Sistemas Estaduais de Pesquisa tem por objetivo "formular, promover e apoiar políticas e atividades relacionadas à parceria institucional da Embrapa com os sistemas estaduais de pesquisa agropecuária e destes entre si, visando ao fortalecimento do SNPA" (Embrapa 1995b: p.5). As formas de cooperação são as seguintes:

- 1) parceria em pesquisa e desenvolvimento, que hoje envolve 559 subprojetos, dos quais 409 são com organizações estaduais de pesquisa;
- 2) apoio à modernização institucional das empresas estaduais, com 18 projetos e 47 subprojetos, principalmente nas áreas de planejamento estratégico, articulação interinstitucional e capacitação gerencial;
- 3) busca de condições de sustentabilidade financeira, incluindo:
 - a) identificação de fontes comuns de financiamento;
 - b) propostas de adequação da legislação vigente, no que tange a ciência e tecnologia;
 - c) adequação ou estruturação de áreas de captação de recursos das organizações componentes do SNPA; e
 - d) negociação conjunta de projetos internacionais;
- 4) *fortalecimento político-institucional, mediante a definição de estratégias capazes de fortalecer o SNPA.*

Programa 15 – Aperfeiçoamento e Modernização Institucional dos Sistemas Estaduais de Pesquisa Agropecuária

Em 1993, um diagnóstico da situação das empresas estaduais de pesquisa identificou os seguintes pontos críticos, logo objetivados em demandas que fundamentaram a estruturação do Programa 15, no Sistema Embrapa de Planejamento:

1. Desatualização da missão, objetivos, políticas, estratégias e prioridades institucionais, frente às mudanças em curso nos cenários internacional, nacional, regional, estadual e municipal.
2. Relacionamento deficiente entre as unidades da Embrapa e os sistemas estaduais, com perda de credibilidade para um processo de parceria no presente.
3. Escassez de recursos, dificuldade para captá-los, baixa capacidade de formular propostas de captação de recursos, falta de estratégias de negociação para captá-los e falta de mecanismos legais que garantam a chegada do recurso captado até a atividade a que se destina.
4. Ausência de uma estratégia metodológica para discutir e incorporar conceitos, enfoques e modelos associados à gestão de ciência e tecnologia atuais e congruentes com as realidades emergentes.
5. Ausência de apoio político-institucional da Embrapa em negociações estratégicas dos sistemas estaduais.
6. Capacitação técnica insuficiente para apoiar a reformulação e implementação de políticas e programas de desenvolvimento agropecuário estaduais e municipais.
7. Baixo grau de motivação e comprometimento por parte expressiva dos empregados dos sistemas estaduais.
8. Sucateamento da infra-estrutura de pesquisa. (Ata da 1ª Reunião da Comissão Técnica do Programa 15, 1993: p.8).

O Programa 15 é, portanto, um instrumento criado para dar suporte a projetos elaborados sob o enfoque da parceria e da

complementaridade de recursos, voltados para apoiar o aperfeiçoamento e a modernização institucional das organizações estaduais de pesquisa. Entre os seus objetivos, destacam-se o apoio técnico e financeiro a projetos nas seguintes áreas:

Planejamento da pesquisa

Incluem-se aqui as iniciativas que visem a:

- 1) conhecimento do ambiente externo da Empresa, implicando a caracterização da clientela e a identificação de suas demandas;
- 2) elaboração de planos de P&D agropecuários para os estados;
- 3) monitoramento e avaliação do desempenho institucional.

Aprimoramento de processos

Refere-se a:

- 1) planejamento estratégico;
- 2) gestão empresarial e desenvolvimento institucional;
- 3) difusão de tecnologia;
- 4) informação e documentação;
- 5) articulação interinstitucional do SNPA.

Aperfeiçoamento Institucional e sustentabilidade financeira

Implica:

- 1) análise e aperfeiçoamento do arranjo institucional nas áreas de ciência e tecnologia agropecuária no âmbito estadual, compreendendo mudanças de personalidade jurídica, fusões e incorporações;
- 2) aperfeiçoamento e adequação das constituições federal, estaduais e municipais, com vistas ao fortalecimento da ciência e tecnologia agropecuárias;
- 3) capacitação de recursos humanos, tanto em pós-graduação quanto em treinamentos de curta duração;
- 4) aperfeiçoamento de processos de captação de recursos e de comercialização de tecnologias, produtos e serviços.

Não apenas as empresas estaduais de pesquisa e unidades da Embrapa podem apresentar projetos ou subprojetos ao Programa

15. Também as universidades e as organizações não-governamentais podem fazê-lo, desde que as propostas estejam consentâneas com os objetivos do programa e atendam a alguma demanda dos sistemas estaduais de pesquisa.

Para candidatar-se, o interessado deve negociar com o cliente (empresa ou organização estadual de pesquisa) uma área de interesse dentro da qual ele tenha competência para desenvolver determinado projeto ou subprojeto. Se já existir projeto em andamento dentro da área temática escolhida, é o caso de elaborar um subprojeto para cobrir alguma demanda ainda não suprida por aquele projeto. Nesta circunstância, o subprojeto deve ser encaminhado ao líder do projeto em andamento para que seja examinado e, se aceito, incorporado ao mesmo. Em se tratando de projeto, o documento elaborado de acordo com as normas do Manual de Procedimentos do Sistema Embrapa de Planejamento⁴ deve ser encaminhado à Comissão Técnica do Programa 15 (CTP-15).

A CTP-15 é um colegiado de nove membros, com mandato renovado a cada dois anos, a maioria de fora da Embrapa, os quais, na composição atual, pertencem aos quadros do CNPq, UFViçosa, Câmara dos Deputados, Conselho Nacional dos Sistemas Estaduais de Pesquisa Agropecuária (Consepa) e Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer). A CTP-15 reúne-se ordinariamente duas vezes ao ano, uma das quais para examinar e deliberar novos projetos, normalmente apresentados até o último dia de julho, para compor a programação de pesquisas do ano subsequente.

Em síntese, tem-se aqui um caso da diversidade na atuação dos egressos do curso de doutorado em Sociologia, da UnB. Poder-se-ia acrescentar outra atribuição: a de Editor dos Cadernos de Ciência & Tecnologia (CC&T). Trata-se de uma revista quadri-mestral, editada pela Embrapa, com o objetivo de refletir, debater e veicular uma visão crítica da ciência, da tecnologia e do desenvolvimento agrícolas, com ênfase nos processos sociais, culturais e políticos que envolvem este problema, e os seus nexos com a nova dinâmica agroindustrial.

Considerações Finais

Resta agora tecer alguns comentários críticos ancorados em muitas das discussões conceituais ensejadas pelo curso de doutorado, podendo-se aí vislumbrar a contribuição que o SOL possa ter proporcionado ao desempenho dos seus egressos, na volta às atividades profissionais. Na verdade, dada a limitação de espaço para uma discussão mais acurada, pretende-se apenas introduzir o debate, que poderá ser aprofundado em outra oportunidade. Elege-se como ponto de partida a imprecisão conceitual do que seja “interesses da sociedade”, bem assim a forma como se coloca a excelência do planejamento estratégico na antecipação dos anseios de mudança dessa “sociedade”, conforme se observa no discurso da Embrapa.

Em que pese o esforço da Embrapa para modernizar-se enquanto instituição pública, e transferir, na medida do possível, essa sua experiência às empresas estaduais que compõem o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, os críticos sociais mais rigorosos vão encontrar no discurso da Empresa alguns motivos para reparos. Nos documentos institucionais, fala-se muito em “fazer o que a sociedade deseja”, “atender aos interesses da sociedade”, “ouvir a sociedade” e “prestar contas à sociedade”. A impressão que se tem é que a sociedade seria um ente abstrato, formado de segmentos diferenciados, mas alheios aos conflitos de interesse, já que o “bem comum” pareceria a meta almejada por todos, o que evidentemente não acontece. Os conflitos de classes, de segmentos dentro de uma mesma classe e das formas de organização não classistas que permeiam a sociedade tendem a reproduzir-se na ação política do Estado. Mesmo não sendo instrumento direto dos interesses de classes ou frações dominantes, como pretende a ortodoxia marxista, o Estado capitalista é seletivo na formulação das políticas públicas⁵. Cria e mantém as condições da acumulação privada e afasta as ameaças potenciais e reais que possam causar distúrbios ao processo de acumulação como um todo, passando ao largo dos interesses particulares de capitais individuais e de grupos. É claro que alguns grupos capitalistas e até mesmo categorias de trabalhadores, justamente os mais organizados e dotados de maior poder de pressão, terminam sendo os mais favorecidos com a implementação

de determinadas políticas públicas. Mas isso, em rigor, não seria objetivo do Estado mas subproduto necessário de uma ação que está voltada prioritariamente para a universalização da formamercadoria, buscando a incorporação cada vez maior de proprietários de bens de capital e assalariados nas relações de troca, como lembram Offe & Ronge (1984).

Na verdade, o que se apresenta como “o que a sociedade quer”, geralmente, não passa de ideologia e apenas como tal deve ser considerada (Martins 1984). No entanto, esta ficção é frequentemente invocada, principalmente pela tecnoburocracia da esfera pública que costuma autoproclamar-se intérprete e guardiã desse “interesse público”.

Gouvêa (1994: p.54) chama a atenção para isso no seu estudo sobre as elites burocráticas da área econômico-financeira no Brasil, salientando que, nesse contexto, sociedade é a “denominação genérica que dá à única forma de controle que consideram legítima, que se origina na parte da sociedade que tem organização suficiente para consolidar pressões”. Esse lado “visível” da sociedade seria, na lógica dos tecnoburocratas, o porta-voz legítimo do que eles chamam de interesse público, entendido como um complexo de padrões éticos, políticos e econômicos que nada teria a ver com a estratificação de classe ou segmentação de qualquer outro tipo, totalizantes, portanto.

E o que dizer do planejamento estratégico? Sem dúvida, tem as suas vantagens quando comparado à forma tradicional de planejar, que enfatiza as relações entre recursos, ações e resultados, simplificando os problemas, atendo-se às limitações das técnicas de análise econômica e quantitativa que lhe dão respaldo. Pelo fato de ser eminentemente prospectivo, o planejamento estratégico enfatiza os fatores externos incontroláveis, implica o uso simultâneo de técnicas de análise quantitativa e qualitativa, presta-se a análises a longo prazo, aplica-se a problemas complexos, e tanto os seus objetivos como as soluções propostas são sujeitos a questionamento (Johnson & Paez 1995). Mas é preciso muita cautela para não transformá-lo em fetiche ou panacéia para todos os males. Justo agora que se observa uma crise do sistema de planejamento e dos mecanismos de intervenção do Estado, que coincide com o maior grau de internacionalização da economia, crise do sistema monetário

e do sistema de preços, como já previra Tavares (1988). Essa perda progressiva de autonomia do Estado-Nação, em face da globalização da economia, parece inverter a situação prevalecente nos primórdios do planejamento, quando o setor estatal estava mais comprometido com essa técnica. Hoje o setor privado é quem domina e tem melhores condições de usar os recursos do planejamento estratégico.

O uso do planejamento estratégico no setor público não é fácil e são poucas as tentativas nesse sentido. Na área de pesquisa e desenvolvimento, a experiência da Embrapa é pioneira. A prospecção de demandas de pesquisa nos segmentos das cadeias produtivas, com toda a racionalidade que lhe é peculiar, pode deixar de fora parcelas consideráveis de agricultores não diretamente integrados a essas cadeias. E mesmo entre os segmentos integrados, certamente os interesses dos grupos de pressão mais fortes do agronegócio tendem a prevalecer. A Embrapa, na condição de empresa pública, deve estar atenta a isso e reconhecer as demandas induzidas por políticas compensatórias governamentais que assistem justamente a essas parcelas de pouco ou nenhum poder de pressão e que, via de regra, não estão diretamente integradas ao complexo agroindustrial. Outro cuidado é na composição dos colegiados (conselhos regionais e nacional) que integram a estrutura do Sistema Embrapa de Planejamento. O viés da prevalência de representantes de interesses de segmentos mais organizados e de maior poder de pressão pode dificultar a assunção de compromissos condizentes com a natureza social do mandato da Empresa.

Mais um argumento importante para que a Empresa não se restrinja a pesquisar apenas em função das demandas explicitadas por sua clientela, é o fato de que o pesquisador precisa “pensar na frente” e desenvolver estudos sobre problemas que embora aparentemente não afetem a realidade atual, podem explodir, de repente, trazendo graves conseqüências econômicas e sociais. O acerto dessa atitude pode ser atestado pela relativa facilidade com que foi debelado o problema da ferrugem do café, há quase três décadas, a temível doença que ainda não tinha chegado ao Brasil e como tal, parecia não constituir demanda atual e prioridade de pesquisa. Mas o Dr. Alcides Carvalho, do Instituto Agrônomo de

Campinas, vislumbrando os efeitos catastróficos que a doença poderia causar a nossas lavouras, antecipou-se ao problema, procurando, através do melhoramento genético, criar variedades resistentes à ferrugem. Quando, mais tarde, a doença apareceu nos cafezais brasileiros, os seus efeitos não foram tão graves como era de se esperar, graças a essa pesquisa que provavelmente não seria desenvolvida se o Instituto se limitasse a priorizar as demandas atuais colocadas pelos seus clientes.

Outras observações críticas poderiam ser colocadas, inclusive sobre a prática da parceria da Embrapa com os Sistemas Estaduais de Pesquisa, onde a prescrição da relação de complementaridade, convergência e respeito mútuo não exclui a possibilidade de concorrência, algo que a simples divisão de trabalho não consegue evitar. Além disso poder-se-iam colocar outros problemas operacionais que dificultam a parceria nos termos prescritos. Contudo, não se pode negar o êxito dessa nova abordagem de relacionamento que em termos quantitativos fez crescer a participação das empresas estaduais na Programação de Pesquisa da Embrapa em mais de 280%, entre 1994 e 1995, passando de 8 para 23 projetos e 146 para 409 subprojetos, respectivamente. De igual forma, pode ser creditada às mudanças por que passou a Empresa, nos últimos cinco anos, a existência de programas de pesquisa específicos para a produção familiar (Programa 9), de suporte ao desenvolvimento rural e regional (Programa 13). Tudo, sem falar de um acordo com a Contag para a constituição de um Banco Nacional de Agricultura Familiar, com o objetivo de "promover o desenvolvimento sustentável da agricultura de base familiar, através da transferência direta de tecnologias adequadas às condições peculiares desse setor produtivo" (Contag & Embrapa 1995: p.1), algo impensável nas condições da década de 80, antes da reforma.

Notas

¹ Entende-se por **negócio agrícola** “o conjunto das operações de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização de insumos e produtos agropecuários e agroflorestais, incluindo serviços de apoio (assistência técnica, crédito etc.)”. Em outras palavras, o complexo agroindustrial como um todo. A **cadeia produtiva** refere-se “aos componentes interativos, tais como sistemas produtivos, serviços e insumos, indústrias de processamento e transformação, distribuição e comercialização, além de consumidores finais dos produtos e subprodutos”. Pode-se falar, por exemplo, de cadeia produtiva da soja, da carne suína, etc. O **sistema produtivo** “é o conjunto de componentes interativos que objetiva a produção de alimentos, fibras, energéticos e outras matérias-primas de origem animal e vegetal”, ou seja, refere-se às atividades produtivas de determinada lavoura ou criação dentro dos limites da fazenda (Embrapa 1995a: pp.12-13).

² Define-se o desenvolvimento sustentável como um processo através do qual as políticas econômicas, fiscais, de comércio, energética, agrícola, industrial, científica e tecnológica, entre outras, orientam-se para um padrão de crescimento econômico, social e ecologicamente sustentável. Não se trata, simplesmente, de um apelo à proteção ambiental, mas implica um novo conceito de crescimento econômico que proporcione equidade e oportunidade para todos, de sorte que os recursos naturais finitos possam ser usados de forma não predatória, vale dizer, sem prejuízo para as gerações futuras (Pronk & Haq 1992).

³ Ver Embrapa (1990).

⁴ Ver Boletim de Comunicações Administrativas da Embrapa, nº 8, de 09-02-1995.

⁵ Entende-se por **Estado capitalista** uma forma institucionalizada de poder público, emanada de relações sociais, guardada por anteparos jurídicos-legais e relacionada com a produção material, cujo conteúdo é a acumulação privada. As **políticas públicas** são estratégias através das quais se viabilizam as intervenções reguladoras do Estado, estabelecendo complementaridade funcional entre o sistema de instituições políticas e o sistema econômico. **Seletividade** é o desempenho das instituições governamentais, em diversas instâncias, que atuam como um sistema de filtros, de modo a incluir ou excluir de suas agendas ações concretas, em razão de injunções estruturais, ideológicas, processuais e repressivas. Ver Offe (1984) e Rodrigues (1994).

REFERÊNCIAS

- CONTAG & EMBRAPA. **Banco Nacional da Agricultura Familiar**. Brasília: Contag\Embrapa, 1995. 28p. (Mimeografado).
- EMBRAPA. Departamento de Pesquisa e Difusão de Tecnologia-DPD. **Prospecção de demandas tecnológicas: manual metodológico para o SNPA**. Brasília: Embrapa, 1995a. 82p.
- _____. Secretaria de Administração Estratégica. **Cenários para a pesquisa agropecuária: aspectos teóricos e aplicação na EMBRAPA**. Brasília: Embrapa-SEA, 1990. 153p. (Embrapa-SEA. Documentos, 2).
- _____. Secretaria de Apoio aos Sistemas Estaduais de Pesquisa Agropecuária-SSE. **Sustentabilidade institucional do SNPA**. Brasília: Embrapa, 1995b. 8 p.
- FLORES, Murilo X. Projeto Embrapa: a pesquisa agropecuária rumo ao Século XXI. Brasília: Embrapa-SEA, 1991. 38p. (Embrapa-SEA. Documentos, 4).
- FLORES, Murilo X. & SILVA, José S. da. Projeto Embrapa II: do projeto de pesquisa ao desenvolvimento sócio-econômico no contexto do mercado. Brasília: Embrapa-SEA, 1992. 55p. (Embrapa-SEA. Documentos, 8)
- GOUVÊA, Gilda Portugal. *Burocracia e elites burocráticas no Brasil*. São Paulo: Paulicéia, 1994. 320p.
- JOHNSON, Bruce B.& PAEZ, Maria L. D'A. "Métodos quantitativos e planejamento na Embrapa". Brasília: III Encontro de Métodos Quantitativos do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária. (Brasília, 20 a 22 de junho de 1995), 1995. 9p.
- MARTINS, Luciano. *Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- OFFE, Claus. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. 386p.
- OFFE, Claus & RONGE, Volker. "Teses sobre a fundamentação do Estado capitalista e sobre a pesquisa política de orientação materialista". In: *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p.122-177.

- PRONK, J. & HAQ, M. *Sustainable development: from concept to action*. New York: United Nations Development Program, 1992.
- RODRIGUES, Cyro Mascarenhas. Estado e seletividade de políticas públicas: uma abordagem teórica e evidências empíricas ao nível da política de extensão rural no Brasil. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília. Brasília: UnB, 1994. 295p.
- TAVARES, Maria da C. "O planejamento em economias mistas". In: *Seminário Estado e planejamento: sonhos e realidade*. Brasília: IPEA-SENDEC, 1988.